



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

PMSPA / SESAU  
PROC. Nº 13426/23  
PAG 14  
RUE 9

**DECRETO Nº 154, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023.**

Regulamenta a Lei Municipal nº 3.169, de 07 de novembro de 2023, que dispõe sobre a qualificação de organizações sociais no Município de São Pedro da Aldeia, chamamento público para assinatura de contrato de gestão, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA, Estado do Rio de Janeiro, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, alicerçado no art. 34 da Lei Municipal nº 3.169, de 07 de novembro de 2023, conforme o constante nos autos do Processo Administrativo nº 10551/2023,

**DECRETA:**

**REGULAMENTO GERAL DE QUALIFICAÇÃO E CONTRATAÇÃO DAS  
ORGANIZAÇÕES SOCIAIS**

**CAPÍTULO I  
DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS**

**Seção I  
Dos Requisitos e do Procedimento para a Qualificação**

Art. 1º Para efeitos deste Decreto entende-se por Coquali-SPA a Comissão de Qualificação de Organizações Sociais de São Pedro da Aldeia/RJ, que terá competência para analisar os requerimentos de qualificação das Organizações Sociais no âmbito do Município de São Pedro da Aldeia/RJ.

§ 1º A Coquali-SPA será composta por 6 (seis) servidores titulares com o mesmo número de suplentes, sendo 1 (um) da Secretaria Municipal de Administração, 1 (um) da Secretaria Municipal de Saúde, 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação, 1 (um) da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, 1 (um) da Procuradoria-Geral do Município e 1 (um) da Controladoria-Geral do Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

PMSPA / SESAU  
PROC. Nº 13426/23  
PAG 25  
FOL 9

§ 2º Compete à Coquali-SPA a análise dos requerimentos das entidades interessadas em se qualificarem como Organizações Sociais no Município de São Pedro da Aldeia/RJ, observando-se o seguinte:

I - a análise deverá ser realizada respeitando o que determina o art. 2º da Lei Municipal nº 3.169, de 07 de novembro de 2023;

II - após a análise, a Comissão encaminhará seu parecer ao Secretário Municipal da área de atividade correspondente ao objeto social da Organização Social a qual se requer qualificação para, nos moldes do art. 2º, II, da Lei Municipal nº 3.169, de 07 de novembro de 2023, motivar a conveniência e a oportunidade da qualificação através de despacho em processo próprio, que será publicado no Boletim Informativo do Município de São Pedro da Aldeia e enviado ao Chefe do Executivo para edição de decreto de qualificação;

III - no caso de deferimento do pedido, o processo será encaminhado para emissão de decreto de qualificação, no prazo de 3 (três) dias, contados da publicação do despacho citado no inciso anterior;

IV - em caso de indeferimento, a Coquali-SPA fará publicar despacho motivado, no Boletim Informativo do Município de São Pedro da Aldeia;

V - o pedido de qualificação será indeferido caso a entidade:

a) não se enquadre, quanto ao seu objeto social, nas áreas previstas do art. 1º da Lei Municipal nº 3.169, de 07 de novembro de 2023;

b) não atenda aos requisitos estabelecidos nos arts. 2º, 4º e 5º da Lei Municipal nº 3.169, de 07 de novembro de 2023;

c) apresente a documentação discriminada no art. 2º, I, da Lei Municipal nº 3.169, de 07 de novembro de 2023 de forma incompleta;

VI - ocorrendo a hipótese prevista na alínea "c" do inciso anterior, a Coquali-SPA concederá à requerente prazo de até 7 (sete) dias para complementação dos documentos exigidos;

VII - as entidades qualificadas como Organizações Sociais serão incluídas em cadastro próprio, que será disponibilizado na rede pública de dados do Município de São Pedro da Aldeia/RJ;

VIII - a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, cujo pedido for indeferido, poderá requerer novamente a qualificação, a qualquer tempo, desde que atendidas as normas constantes da Lei Municipal nº 3.169, de 07 de novembro de 2023, bem como deste Decreto.

§ 3º As Organizações Sociais poderão solicitar qualificação a qualquer tempo, em qualquer parte do ano civil, devendo encaminhar requerimento endereçado à Coquali-SPA, protocolando-o no Departamento de Protocolo e Arquivo da Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia, e ainda:

I - deverá o requerimento de que trata este parágrafo ser acompanhado dos documentos discriminados no art. 2º da Lei Municipal nº 3.169, de 07 de novembro de 2023;

II - a fim de cumprir o disposto no *caput* deste artigo, a Coquali-SPA se reunirá duas vezes ao ano, preferencialmente nos meses de junho e dezembro, ou quando houver mais de cinco solicitações pendentes de análise.

PMSPA  
Proc. N° 13426/23  
Folha N° 100  
Rubrica 0



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

PMSPA / SESAU  
PROC. N° 13426/23  
PAG 16  
FOLHA 9

**Art. 2º** Qualquer alteração da finalidade ou do regime de funcionamento da entidade que implique mudança das condições que instruíram sua qualificação, deverá ser comunicada, com a devida justificação, imediatamente, à Secretaria Municipal competente da respectiva área de atuação, sob pena de cancelamento da qualificação.

§ 1º A Secretaria Municipal competente, após comunicada sobre o que trata o *caput* deste artigo, encaminhará a justificação e a mudança à Coquali-SPA, para que analise se a entidade mantém os requisitos necessários de qualificação como Organização Social no Município de São Pedro da Aldeia.

§ 2º No caso de não mais se enquadrar nas determinações do art. 2º da Lei Municipal nº 3.169, de 07 de novembro de 2023, deverá a Coquali-SPA notificar a entidade, dando prazo de 5 (cinco) dias para que regularize a situação ou apresente defesa para manutenção de sua qualificação como Organização Social no âmbito do Município de São Pedro da Aldeia.

§ 3º Não havendo a regularização da situação da entidade ou se sua defesa não for acolhida, deverá ser publicado decreto com sua desqualificação.

**Art. 3º** As entidades que forem qualificadas como Organizações Sociais serão consideradas aptas a assinarem Contrato de Gestão com o Poder Público Municipal e a absorverem a gestão e a execução de atividades e serviços públicos de interesse público nos termos da Lei Municipal nº 3.169, de 07 de novembro de 2023.

**CAPÍTULO II**  
**DO CONTRATO DE GESTÃO**

**Seção I**  
**Das Cláusulas Necessárias do Contrato de Gestão**

**Art. 4º** Na elaboração do Contrato de Gestão, além do disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Municipal nº 3.169, de 07 de novembro de 2023, deverão ser observados os seguintes pressupostos:

- I - disponibilidade permanente de documentação para auditoria do Poder Público;
- II - o orçamento, o cronograma de desembolso e as fontes de receitas para a sua execução;
- III - estipulação da política de preços a ser praticada para execução das atividades, objeto do Contrato de Gestão;
- IV - vinculação dos repasses financeiros que forem realizados pelo Poder Público ao cumprimento das metas pactuadas no Contrato de Gestão;
- V - discriminação dos bens públicos, cujo uso será permitido à Organização Social.



12/26/23  
101  
e)

PMSPA / SESAU  
PROC. Nº 73426/21  
PAG 17  
11 9

**Seção II**  
**Do Procedimento para Seleção de Organização Social**

**Subseção I**  
**Do Chamamento Público e do Processo de Seleção**

**Art. 5º** A seleção de Organização Social para assinatura de contrato de gestão com a Administração Pública Municipal será através de Chamamento Público nos moldes da Seção III do Capítulo I da Lei Municipal nº 3.169, de 07 de novembro de 2023.

§ 1º O estudo de vantajosidade de que trata o § 2º do art. 7º da Lei Municipal nº 3.169, de 07 de novembro de 2023 será composto, no mínimo, pelos seguintes itens:

- I - descrição da necessidade da contratação, considerando o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
- II - descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução;
- III - descrição da solução como um todo;
- IV - justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, expondo as razões que demonstrem se tratar da solução mais vantajosa, levando em consideração o custo-benefício;
- V - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

§ 2º A pesquisa de preços para fins de atesto de vantajosidade será realizada levando em consideração, dentre outros dados:

- I - contratações anteriores realizadas pela Administração Pública idênticas ou similares ao objeto do contrato de gestão; e
- II - dados emitidos por plataformas oficiais, governamentais ou não, que reflitam a realidade do objeto do contrato de gestão.

§ 3º A Secretaria Municipal competente poderá editar, em ato próprio, normas complementares que entender necessária para realização de estudo de vantajosidade específico.

**Art. 6º** A formalização do Contrato de Gestão será precedida, necessariamente, da publicação no Boletim Informativo do Município de São Pedro da Aldeia de edital de Chamamento Público para assinatura de contrato de gestão com Organizações Sociais, da qual constará, além do disposto na Seção III do Capítulo I da Lei Municipal nº 3.169, de 07 de novembro de 2023, o que segue:

- I - objeto da(s) parceria(s) que a Secretaria competente pretende firmar, com a descrição sucinta das atividades que deverão ser executadas;
- II - indicação da data-limite para que as Organizações Sociais qualificadas firmem Contrato de Gestão com a Administração Pública Municipal;
- III - metas e indicadores de gestão;
- IV - limite máximo do orçamento previsto para realização das atividades e serviços;



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

PMSPA / SESAU  
PROC. Nº 11426/23  
PAG 18  
411 9

- V - critérios técnicos de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública;
- VI - prazo, local e forma para apresentação da proposta de trabalho;
- VII - designação da Comissão de Seleção; e
- VIII - minuta do Contrato de Gestão.

§ 1º As propostas de trabalho deverão ser apresentadas de forma física e em mídia digital que não permita edição.

§ 2º A proposta de trabalho constante da mídia digital deverá ser idêntica a apresentada de forma física.

§ 3º Antes do início do julgamento das propostas de trabalho a Administração Pública fará publicar em local próprio do seu sítio eletrônico o conteúdo das mídias digitais apresentado pelas entidades participantes do Chamamento Público.

§ 4º As minutas do Edital de Convocação e do Contrato de Gestão deverão ser previamente examinadas pela Procuradoria-Geral do Município, ou Procuradoria Especial da Saúde quando for o caso.

**Art. 7º** A proposta de trabalho apresentada pela entidade deverá conter os meios e os recursos necessários à prestação dos serviços a serem executados e, ainda:

- I - especificação do programa de trabalho proposto;
- II - definição de metas e indicadores de gestão adequados à avaliação de desempenho e qualidade na prestação dos serviços e respectivos prazos de execução;
- III - estipulação da política de preços a ser praticada, observado o disposto no art. 30 da Lei Municipal nº 3.169, de 07 de novembro de 2023;
- IV - percentual mínimo de trabalho voluntário.

**Art. 8º** A sessão de habilitação, avaliação e seleção corresponderá ao momento de entrega e abertura dos envelopes apresentados pelas entidades interessadas e poderá ocorrer em uma ou mais sessões, desde que respeitados os princípios da publicidade e transparência.

§ 1º Em caso de necessidade de realização de mais de uma sessão para habilitação, avaliação e seleção das propostas, proceder-se-á da seguinte forma:

- I - serão recebidos e abertos os envelopes em sessão pública a ser designada no instrumento convocatório;
- II - a Comissão de Seleção analisará a documentação pertinente à habilitação das entidades participantes e proferirá decisão na sessão de que trata o inciso anterior;
- III - decidida a habilitação, a Comissão de Seleção realizará a abertura dos envelopes pertinentes às propostas das entidades participantes, ocasião em que seus representantes deverão visitar suas páginas, rubricando-as;



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

PMSPA / SESAU

PROC. Nº 13426/23

PAG

12

9

IV - após conceder vistas das propostas às entidades interessadas, a sessão será suspensa para julgamento das propostas pela Comissão de Seleção;

V - será designada data para nova sessão pública com o fito de divulgar os resultados dos julgamentos das propostas pela Comissão de Seleção.

§ 2º O intervalo mínimo entre as sessões destinadas ao julgamento das propostas será de 3 (três) dias úteis, podendo o instrumento convocatório designar período superior.

§ 3º O prazo para interposição de recursos referentes ao julgamento da habilitação/inabilitação, bem como aqueles referentes ao julgamento das propostas será de 3 (três) dias úteis contados da data da última sessão de habilitação, avaliação e seleção designada pela comissão de seleção.

Art. 9º Para participar da sessão de que trata o artigo anterior, as entidades interessadas deverão apresentar em envelope próprio, além do Certificado de Qualificação, comprovação:

- I - da regularidade jurídica;
- II - da boa situação econômico-financeira da entidade; e
- III - da experiência técnica para o desempenho da atividade, objeto do contrato de gestão.

§ 1º A comprovação da boa situação financeira da entidade, prevista no inciso II deste artigo, far-se-á por meio da apresentação dos balanços financeiros.

§ 2º A exigência do inciso III deste artigo limitar-se-á à demonstração, sob a responsabilidade da entidade, de sua experiência técnica e gerencial na área relativa à atividade a ser executada, ou pela capacidade técnica do seu corpo dirigente e funcional.

**Subseção II**  
**Da Comissão Especial de Seleção**

Art. 10 A Comissão Especial de Seleção, a ser instituída mediante portaria do Secretário competente, será composta por 7 (sete) membros, devendo dois de seus membros serem servidores lotados na Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Convênios.

**Parágrafo único** - A critério do Secretário Municipal competente, um dos membros que compuserem a comissão de que trata o *caput* deste artigo, será nomeado como presidente.

Art. 11 Compete à Comissão Especial de Seleção:

- I - receber os documentos e programas de trabalho propostos no processo de Chamamento Público em envelopes individualizados e identificados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

PMSPA / SESAU  
PROC. Nº 13426/23  
RAG 10  
9

II - analisar, julgar e classificar os programas de trabalho apresentados, em conformidade com as regras e critérios estabelecidos no Edital, bem como declarar a Organização Social vencedora do processo de Chamamento Público;

III - julgar os requerimentos apresentados no âmbito do processo de Chamamento Público e processar os recursos;

IV - dirimir ou esclarecer eventuais dúvidas ou omissões.

**Art. 12** Da sessão de habilitação, avaliação e seleção será lavrada ata circunstanciada, rubricada e assinada pelos membros da Comissão Especial de Seleção e pelos representantes das Organizações Sociais participantes do processo de seleção que estiverem presentes ao ato.

**Subseção III**  
**Do Julgamento dos Programas de Trabalho**

**Art. 13** No julgamento dos programas de trabalho propostos serão observados os critérios definidos no Edital, conforme índices de pontuação expressamente determinados, cuja soma equivalha à nota 100 (cem).

**Parágrafo único** - Será considerado vencedor do processo de Chamamento Público o programa de trabalho proposto que obtiver a maior pontuação na avaliação, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios definidos no Edital, ao qual deverá ficar objetivamente vinculada.

**Art. 14** É obrigatório a presença de todas as Organizações Sociais participantes do Chamamento Público no momento da abertura dos envelopes.

§ 1º Será registrado nas atas de julgamentos a presença das Organizações Sociais cujos representantes não comparecerem à sessão de habilitação, avaliação e seleção ou se ausentarem no decorrer da mesma.

§ 2º Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o melhor classificado na fase de julgamento será declarado o vencedor.

**Art. 15** O resultado da comissão será submetido a homologação da autoridade superior usando o julgamento da Organização Social vencedora do processo de seleção, e será proferido dentro do prazo estabelecido no Edital e publicado no Boletim Informativo do Município de São Pedro da Aldeia/RJ.

**Art. 16** Decorridos os prazos sem a interposição de recursos definidos no edital de Chamamento Público, ou após o seu julgamento, a Organização Social vencedora será autorizada a celebrar o Contrato de Gestão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

PMSPA / SESA  
PRCC. Nº 13426/23  
PAG 29  
9

**Subseção IV**  
**Da Formalização do Contrato de Gestão**

**Art. 17** Havendo, ou não, prévio processo seletivo antes da assinatura do respectivo instrumento, o Contrato de Gestão deverá ser aprovado, em sua redação final:

- I - pelo titular da Secretaria da respectiva área de atuação; e
- II - pelo Conselho de Administração da Organização Social, ou órgão equivalente, no caso do mesmo ainda não ter sido constituído.

**Art. 18** A Secretaria competente providenciará a publicação do extrato do Contrato de Gestão, após sua assinatura, no Boletim Informativo do Município de São Pedro da Aldeia, e disponibilizará seu inteiro teor no Portal da Prefeitura do Município de São Pedro da Aldeia/RJ na internet.

**Parágrafo único** - A Secretaria competente deverá, ainda, disponibilizar em meio eletrônico, as metas e os indicadores de desempenho pactuados, devidamente atualizados, no Portal da Prefeitura.

**Art. 19** A data-limite para assinatura do contrato de gestão pela Organização Social vencedora do processo de Chamamento Público será de 10 (dez) dias, contados da data da publicação do resultado final do processo de Chamamento Público no Boletim Informativo do Município de São Pedro da Aldeia /RJ.

**Seção III**  
**Da Execução e Fiscalização do Contrato de Gestão**

**Art. 20** A execução do Contrato de Gestão, celebrado com a Organização Social, será fiscalizada pelo Secretário Municipal das áreas fomentadas correspondentes, com o auxílio da Comissão Técnica de Análise e Avaliação (CTAA), especialmente designada para este fim.

**CAPÍTULO III**  
**DO FOMENTO ÀS ATIVIDADES SOCIAIS**

**Seção I**  
**Do Repasse de Recursos**





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

PMSPR / SESAU

DECC. Nº 11426/23

PAG

22

9

**Art. 21** Às Organizações Sociais serão destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do Contrato de Gestão.

§ 1º Ficam assegurados às Organizações Sociais os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no Contrato de Gestão.

§ 2º Poderá ser adicionado créditos orçamentários destinados ao custeio do Contrato de Gestão através de termo aditivo nos moldes do art. 24 da Lei Municipal nº 3.169, de 07 de novembro de 2023.

**Seção II**

**Da Permissão de Uso de Bens Públicos**

**Art. 22** Os bens móveis públicos permitidos para uso vinculado ao Contrato de Gestão poderão ser substituídos por outros de igual ou maior valor, condicionando os novos bens a integrarem o patrimônio do Município.

§ 1º A permuta de que trata o *caput* dependerá de prévia avaliação do bem e expressa autorização do Prefeito.

§ 2º Os bens, objeto da permissão de uso de que trata o *caput* deste artigo, deverão ser previamente inventariados e relacionados circunstanciadamente em anexo integrante do Contrato de Gestão.

§ 3º As condições para permissão de uso serão aquelas especificadas no Contrato de Gestão.

**CAPÍTULO IV**

**DA DESQUALIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS**

**Art. 23** As Secretarias Municipais competentes nas áreas de atuação referidas no art. 1º da Lei Municipal nº 3.169, de 07 de novembro de 2023, iniciarão o procedimento para desqualificação da Organização Social, nas hipóteses elencadas neste Decreto.

**Art. 24** A desqualificação ocorrerá quando a entidade:

- I - deixar de preencher os requisitos que, originalmente, deram ensejo à sua qualificação;
- II - não adaptar, no prazo legal, seu estatuto às exigências dos incisos I a VIII do art. 4º da Lei Municipal nº 3.169, de 07 de novembro de 2023;
- III - causar rescisão do Contrato de Gestão firmado com o Poder Público Municipal;
- IV - dispuser de forma irregular dos recursos, bens ou servidores públicos que lhe forem destinados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

13426/23  
107  
0  
PMSPA / SESA  
DECC. Nº 13426/23  
PAC 33  
9

- V - descumprir as normas estabelecidas na Lei Municipal nº 3.169, de 07 de novembro de 2023, neste Decreto ou na legislação municipal a qual deva ficar adstrita;  
VI - deixar de cumprir qualquer uma das cláusulas do Contrato de Gestão;  
VII - for constatada a inidoneidade da Organização Social contratada.

§ 1º A desqualificação será precedida de processo administrativo conduzido pela Coquali-SPA, assegurado o direito à ampla defesa e contraditório, respondendo os dirigentes da Organização Social, individual e solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão.

§ 2º A perda de qualificação como Organização Social acarretará a imediata rescisão do Contrato de Gestão firmado com o Poder Público Municipal.

§ 3º A desqualificação importará a reversão dos bens, cujo uso tenha sido permitido pelo Município e do saldo remanescente de recursos financeiros entregues à utilização da Organização Social, sem prejuízo das sanções contratuais, penais e civis aplicáveis.

**Art. 25** Deverá a Organização Social que tiver Contrato de Gestão firmado com o Município de São Pedro da Aldeia, encaminhar ao final de cada ano civil, declaração que afirme manter os requisitos necessários que, originariamente, deram ensejo à sua qualificação, que será prestado sob as penas da lei.

**Parágrafo único** - Na hipótese de modificação de algum dos requisitos que, originalmente, deram ensejo à sua qualificação, a Organização Social fica obrigada a informar à Secretaria competente, sob pena de desqualificação, no prazo de 24 horas, que processará a informação nos moldes do art. 2º deste Decreto.

## CAPÍTULO V

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 26** O Poder Executivo deverá disponibilizar no Sistema de Informação do Município relatório pertinente à execução do Contrato de Gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, incluindo a prestação de contas correspondente ao exercício financeiro.

**Art. 27** O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes, bem como pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato de Gestão, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização do Contrato de Gestão pelo órgão interessado.



PMSPA / SESAU  
DECC. Nº 77426/23  
PAG 26  
9

**Art. 28** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 29** Revoga-se o Decreto nº 57, de 04 de junho de 2014 e as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia,  
16 de novembro de 2023.

**FÁBIO DO PASTEL**  
Carlos Fábio da Silva  
=PREFEITO=